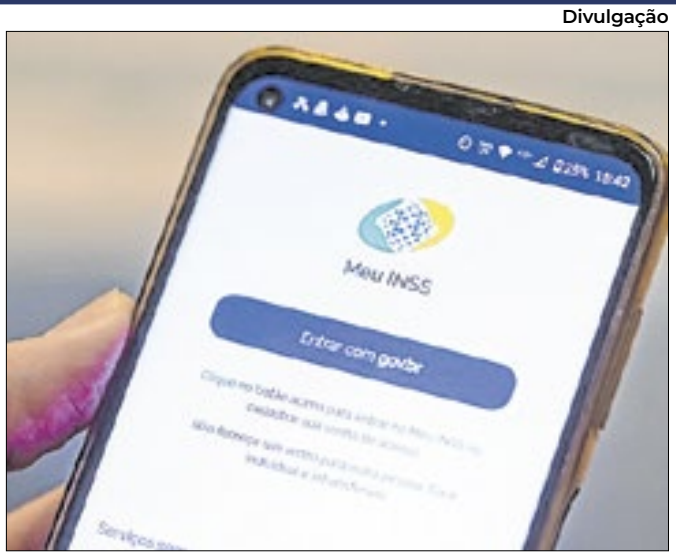
CORREIO DO APOSENTADO

POR MARTHA IMENES

Divulgação



Pelo aplicativo Meu INSS é possível transferir a conta

Como transferir local de pagamento do benefício

Como dizem por aí: "Não há um dia de paz", pelo menos no que diz respeito aos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). São tentativas de golpes, descontos de mensalidade associativa lançados indevidamente no benefício, empréstimo consignado não solicitado e, agora, a falta de zelo pela instituição vencedora do leilão da folha do INSS. Falta de caixa eletrônico, assentos, ar-condicionado, venda casada... O ministro da Previdência, Wolney Queiroz, inclusive, já mandou investigar.

Calma, há solução: pelo Meu INSS (aplicativo ou site), mediante agendamento em uma Agência da Previdência Social, ou ainda pela Central 135, o beneficiário pode trocar a instituição onde recebe a aposentadoria.

Como fazer

*Acesse o Meu INSS
*Use seu CPF e senha para entrar na conta
*Clique em "Agendamentos/solicitações"
*Selecione "Alterar local ou forma de pagamento"
*Insira os dados da nova conta, revise as informações
*Finalize o pedido

Convênio

Importante destacar que o banco escolhido pelo aposentado para transferir o pagamento precisa ter convênio com o INSS. Para fazer a mudança, basta ir ao banco escolhido e, caso ainda não tenha conta, criá-la para o recebimento do benefício.

Divulgação/Sepror

Aposentadoria rural exige idade menor que a urbana

Aposentadoria rural pode virar benefício assistencial

A aposentadoria rural pode sair do guarda-chuva do Ministério da Previdência e virar um benefício da assistência social. Assim como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos com mais de 65 anos e pessoas com deficiência de baixa renda.

O assunto não é novo, já surgiu em outras ocasiões mas, desta vez, a defesa sobre reformulação partiu do ministro da Previdência, Wolney Queiroz.

Ele argumenta que a mudança traria maior transparência às contas públicas, separando o que é efetivamente previdência (baseada em contribuições) de assistência (financiada pelo Tesouro). Em 2024, o déficit da previdência rural representou cerca de 1,5% do PIB.

Transparência nas contas

O ministro destacou a necessidade de transparência nas contas públicas, mas frisou que a discussão deve ficar para 2027. A proposta gerou reação entre especialistas e trabalhadores rurais, que temem impacto na proteção social.

Para se ter uma ideia, dos 34,5 milhões de benefícios previdenciários pagos pelo INSS, 32% são rurais. Dados de junho do Portal da Transparência Previdenciária apontam que o INSS paga 41,2 milhões de benefícios (previdenciários e assistenciais).

Desafio para o sistema

A aposentadoria rural, segundo o ministro, é um dos maiores desafios do sistema previdenciário brasileiro. Ele argumenta que a Constituição obriga o Estado a amparar os trabalhadores do campo, mas a atual estrutura do INSS mascara gastos assistenciais como previdenciários. A reclassificação, segundo Queiroz, não alteraria a origem dos recursos, que continuariam vindo da União, mas traria clareza ao orçamento. A proposta reacende o debate sobre a sustentabilidade previdenciária.

José Cruz - Agência Brasil

Criado em maio de 2004, o empréstimo com desconto diretamente na folha, apesar de inúmeras tentativas de controle

Consignado faz 21 anos e coleciona reclamações

Modalidade de crédito é a principal isca para aplicar golpe

Por Martha Imenes

O crédito consignado para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) acabou de completar 21 anos e coleciona reclamações: as queixas sobre empréstimos com desconto em folha cresceram 91,2% entre janeiro a maio de 2025 em relação a igual período do ano passado, segundo dados da plataforma consumidor.gov.br, do Ministério da Justiça.

Criado em maio de 2004, o empréstimo com desconto diretamente na folha, apesar de inúmeras tentativas de controle, continua sendo a principal isca para golpes contra aposentados, que sem contratar o crédito acabam pagando por uma dívida que não solicitaram.

O próprio INSS orienta os aposentados sobre como evitar ser vítima de falsários. Na página do instituto está o alerta: o instituto não entra em contato por meio de mensagens de telefone ou aplicativos como WhatsApp, ligação ou e-mails para oferecer serviços de empréstimo consignado, nem envia motoboys para a casa dos beneficiários. "Não devem ser passados dados como senhas e informações bancárias", orienta o INSS.

Principais golpes

Empréstimo não autorizado: o consumidor descobre descontos no benefício sem ter solicitado crédito.

Ofertas enganosas por telefone: golpistas se passam por bancos ou órgãos públicos com promessas falsas.

Assinaturas falsas ou digitais sem consentimento: contratos são firmados sem o conhecimento da vítima.

Renegociação disfarçada de novo empréstimo: a pessoa acredita que está quitando uma dívida, mas acaba assumindo outra.

Dicas do Procon

Desconfie de ofertas muito vantajosas, com juros baixos demais ou liberação imediata.

Nunca envie fotos de documentos por WhatsApp ou e-mail sem saber a procedência.

Evite atender ligações de números desconhecidos, especialmente com prefixo 0303.

Consulte regularmente o extrato de empréstimos no site ou app Meu INSS.

Em caso de fraudes ou em que não reconheça o empréstimo, o segurado deve procurar a instituição financeira e registrar uma reclamação no Portal do Consumidor.

Como saber se é vítima

No empréstimo consignado o pagamento é descontado diretamente na fonte pagadora da vítima. O ideal é consultar o contracheque ou o extrato de benefício do INSS.

A consulta do extrato do INSS pode ser realizada pelo Meu INSS (aplicativo e site). Basta acessar "Serviços" e, em seguida, "Extrato de pagamento de benefícios". Se existir algum contrato de empréstimo consignado vigente, ele constará desse extrato ou do contracheque.

Caso encontre um empréstimo não autorizado, é importante fazer um registro de ocorrência policial, informando que fraudadores estão se utilizando de seu nome e de seus documentos para a formalização de contratos de empréstimo consignado fraudulentos.

Se não for resolvido, segundo especialistas consultados pelo Correio da Manhã, o recomendável é entrar com ação na Justiça para requerer a impugnação de contratos de empréstimos consignados fraudulentos.

Operação Sem Desconto

Nem o ressarcimento de descontos indevidos ficou de fora das investidas de estelionatários. Dois dias após a Operação Sem Desconto, em 23 de abril deste ano, o Ministério da Previdência Social alertou aposentados e pensionistas para não acessarem link enviado por e-mail, aplicativo de mensagem, ou outro meio, informando sobre "ressarcimento de descontos de mensalidades associativas". Isso não existe, é golpe!

Para receber o dinheiro de volta, o aposentado deve fazer a contestação do desconto da mensalidade por meio do Meu INSS ou em uma das agências dos Correios. Em seguida, é preciso aderir ao acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Desde o dia 24 as devoluções das mensalidades indevidas estão sendo creditadas na conta onde o beneficiário recebe o pagamento.

Adesão gratuita

A adesão ao acordo é gratuita, se alguém oferecer intermediação, recuse. No aplicativo ou site Meu INSS, o interessado deve acessar a aba "Consultar Pedidos", clicar no item "Cumprir Exigência", assinalar a opção "Aceito Receber", localizada no fim da página e, então, clicar em "Enviar". Não é necessário enviar nenhum documento além dos já apresentados.

"O INSS e o Ministério da Previdência não vão ligar, não vão mandar links, e-mails ou qualquer outra forma de comunicação além da que será feita pelo aplicativo Meu INSS ou presencialmente, em uma agência dos Correios", alertou o presidente do INSS, Gilberto Waller.

Prazo

Novas contestações serão aceitas até 14 de novembro de 2025 – data que o governo federal ainda vai analisar se a data precisará ser prorrogada. A partir da contestação da cobrança, as entidades têm até 15 dias para comprovar que o desconto foi feito legalmente.

Quem já recorreu a Justiça contra o INSS também pode aderir ao acordo. Para isso, deverá desistir do processo, de forma a não ser duplamente beneficiado. Quem receber duas vezes terá que devolver o dinheiro.

Educação financeira por app

Os aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ganharam um grande aliado a um clique de distância para mostrar como lidar com o dinheiro, fazer orçamento familiar, entender como funciona o crédito e o endividamento, entre outros assuntos.

O Banco Central, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), desenvolveu um curso de educação financeira simplificado para descomplicar a vida de aposentados, pensionistas e segurados do INSS. Ele está disponível diretamente na plataforma da Enap e tem carga horária de 20h.

Assim que entrar no aplicativo Meu INSS na tela inicial tem um link com o título "Aprenda a planejar o uso do seu dinheiro". Ao clicar, será direcionado para um curso completo de educação financeira, com linguagem simples, vídeos animados e certificado de conclusão ao final. A inscrição é gratuita e aberta a todos.

A proposta é ajudar cada pessoa a planejar melhor, poupar mais e usar o crédito com responsabilidade, o tripé da educação financeira: PLA, POU, CRÉ.

Orientações práticas

Nossa relação com o dinheiro
Orçamento pessoal e familiar
Crédito e endividamento
Consumo planejado e consciente
Poupança e investimento
Prevenção e proteção
Como acessar serviços financeiros de forma segura

Reprodução

Curso de educação financeira tem carga horária de 20h

Como acessar?

Basta entrar no Meu INSS (via aplicativo ou site) e clicar no banner "Aprenda a planejar o uso do seu dinheiro".

O curso será aberto diretamente na plataforma da Enap. Lá, é só se inscrever e começar as aulas.

O certificado de conclusão é emitido pela própria Escola Nacional de Administração Pública.

Acordo no STF

Oferecer o curso também atende a uma das medidas previstas no acordo de ressarcimento aos aposentados e pensionistas homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), após a identificação de descontos indevidos em benefícios previdenciários.

"Estamos reforçando o compromisso de proteger quem mais precisa. É mais uma forma de garantir que os segurados do INSS tenham acesso à informação de qualidade para tomar decisões conscientes sobre o próprio dinheiro", afirma o presidente do INSS, Gilberto Waller.